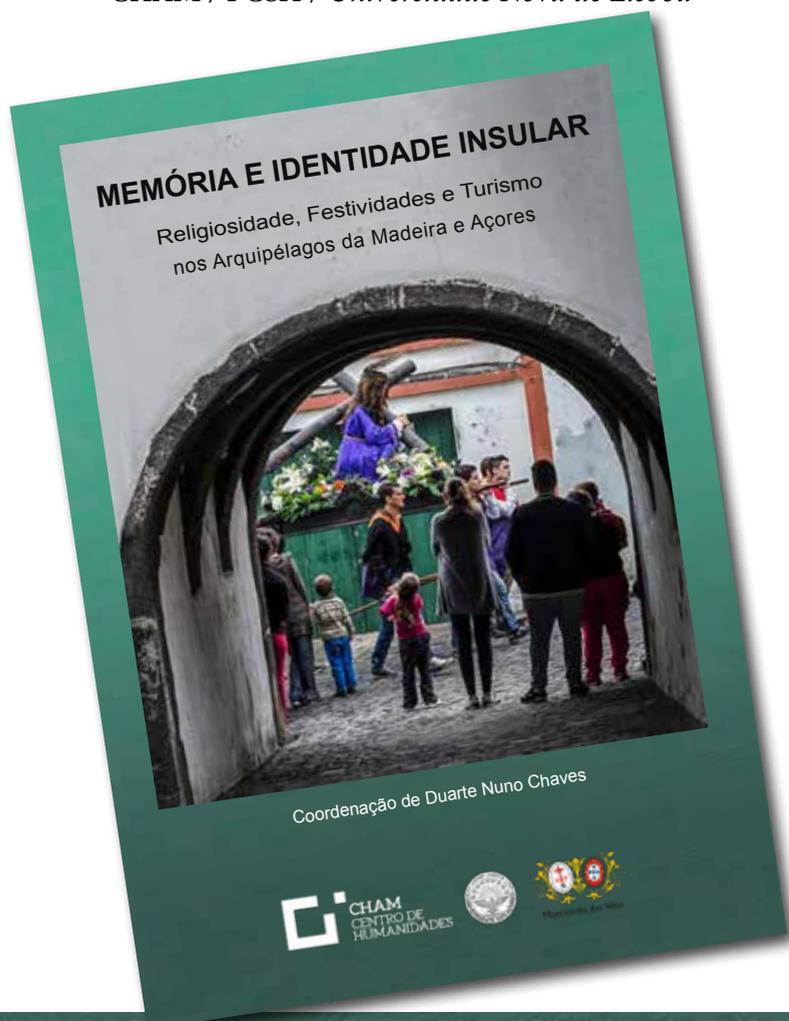


A ARTE SACRA NA ILHA DO FAIAL PROPOSTA(S) PARA UM ROTEIRO

Tiago Simões da Silva

CHAM / FCSH / Universidade Nova de Lisboa



MEMÓRIA E IDENTIDADE INSULAR

Religiosidade, Festividades e Turismo nos Arquipélagos da Madeira e Açores

CHAM | UNIVERSIDADE DOS AÇORES

ISBN: 978-989-20-9631-5, VELAS, S. JORGE, AÇORES (2019)

PP. 191 - 202

MEMÓRIA E IDENTIDADE INSULAR
Religiosidade, Festividades e Turismo
nos Arquipélagos da Madeira e Açores

Coordenação

Duarte Nuno Chaves

CHAM — Centro de Humanidades
Santa Casa da Misericórdia das Velas
Velas, S. Jorge
2019

FICHA TÉCNICA

- Título** *MEMÓRIA E IDENTIDADE INSULAR*
Religiosidade, Festividades e Turismo
nos Arquipélagos da Madeira e Açores
- Coordenação** Duarte Nuno Chaves
- Autores** Vários
- Edição** – CHAM – Centro de Humanidades | Faculdade de
Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova
de Lisboa e Universidade dos Açores
– Santa Casa da Misericórdia das Velas, S. Jorge
- Capa e Paginação** CEHA (Gonçalo Mendes)
- Fotografia da capa** Paulo Rafael
- Tiragem** 400
- Depósito Legal** 457109/19
- ISBN** 978-989-20-9631-5
- Data de Saída** 2019
- Execução Gráfica** Nova Gráfica Artes Gráficas
Rua da Encarnação, 21 Fajã de Baixo
9500-513 Ponta Delgada São Miguel - Açores

Apoios



Esta edição foi financiada pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia do Governo Regional dos Açores (M3.3.c/Edições/002/2019) e contou com o apoio da Direção Regional da Cultura | Centro de Estudos de História do Atlântico Alberto Vieira, no âmbito do projeto de Pós- doutoramento com a referência “M3.1.a/F/003/2016” do Fundo Regional da Ciência e Tecnologia.

A ARTE SACRA NA ILHA DO FAIAL PROPOSTA(S) PARA UM ROTEIRO

Tiago Simões da Silva

CHAM / FCSH / Universidade Nova de Lisboa

“É difícil – e quase sempre vão – falar das obras de arte, que são feitas para serem vistas. Quanto a estas, não podia desejar-se que fossem mais perfeitamente mostradas. Restava-me tentar reconstituir em redor delas o conjunto cultural que lhes dá plena significação. Os três ensaios que escrevi pretendem extrair a produção artística do imaginário, ao mesmo tempo que do museu, e colocá-la na vida. Não a nossa, mas a dos homens que sonharam esses objectos e foram os primeiros a admirá-los.”

Georges Duby¹

O trabalho de investigação que temos encetado sobre alguns dos antigos conventos da cidade da Horta (Açores), em particular sobre o de São Francisco, cuja igreja (único elemento sobrevivente) aguarda há muito uma intervenção de recuperação e restauro, levou-nos a reflectir sobre o panorama do património religioso da ilha do Faial. No caso particular desta igreja, hoje propriedade da Santa Casa da Misericórdia da Horta, vimos estudando as potencialidades do espaço e as possibilidades de mediação e exposição de conteúdos que nele poderão ser exploradas no futuro, após a sua reabilitação. O potencial deste espaço inscreve-se tanto no domínio artístico como histó-

¹ *O Tempo das Catedrais. A Arte e a Sociedade, 980-1420*, Lisboa, Estampa, 1993, p. 9.

rico, sendo possível desenvolver a partir do património ali existente narrativas sobre temas tão distintos como arte e materialidades, as ordens religiosas e a Santa Casa, assistência e espiritualidade, ou temas de história local, como as linhagens e heráldica dos padroeiros do convento ou a sua presença no contexto das rotas atlânticas. A título de exemplo, registamos as palavras escritas por Santos Simões após visitar esta igreja, durante a pesquisa que efetuava sobre a azulejaria regional: “Não tenho dúvida em afirmar que a capela mor é o conjunto artístico mais impressionante que tenho visto!”²

Este pensar do espaço leva-nos a duas conclusões sumárias. A primeira, que é necessário estudar e enquadrar o que se vê e o que se quer que seja visto, procurando compreender o visível ao olhar e mostrar o que não está à vista (ou já não existe), num processo de “reconstituir em redor delas [as obras de arte] o conjunto cultural que lhes dá plena significação”, como afirmou George Duby na introdução a *O Tempo das Catedrais*, de onde retiramos o excerto com que abrimos este texto. A segunda, que perceber (e transmitir) um espaço circunscrito como este implica perceber um sem número de ligações a outros espaços e patrimónios, como exercício de mera contextualização ou como necessária conexão, por exemplo, com os outros antigos espaços conventuais ou da Misericórdia, elementos artísticos dali provenientes e hoje noutros locais, ou sítios de proveniência de peças ali presentes. Deste modo, o que começou por ser uma reflexão centrada neste edifício e no seu acervo cedo se estendeu para outros espaços e patrimónios, percebendo que a sua compreensão era interdependente, sobretudo se tivermos em conta a reduzida dimensão do espaço em que se inserem.

O exercício que deixamos neste texto é o primeiro momento de um trabalho ainda no seu início, apresentando algumas propostas preliminares para o desenvolvimento de um roteiro de arte sacra no Faial, em particular na cidade da Horta.

É importante, primeiro, deixar um breve preâmbulo sobre o património religioso daquela cidade. No início do século XIX, existiam na então vila dez igrejas (três paroquiais, seis de casas religiosas e a da Misericórdia), outras tantas ermidas, a Casa do Espírito Santo³ e mais de uma dúzia de

2 J. M. dos Santos Simões, “Concelho da Horta: ficheiro do Inventário de Azulejaria” – Igreja de São Francisco (notas dactilografadas), década de 1960; arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian, disponível em <<http://digitale.gulbenkian.pt/cdm/compoundobject/collection/jmss/id/6575/rec/3>>. A afirmação é justificada pelo conjunto de talha, pintura e azulejos de inícios de Setecentos que cobrem a capela, atribuídos ao mestre Manuel dos Santos.

3 Hoje conhecido como Império dos Nobres.

oratórios privados⁴. Se multiplicarmos estes números por altares, nichos e imagens, acrescentando alfaias e objectos vários, como os oratórios e imagens de pequena dimensão para devoção pessoal, conseguimos conceber a existência de um vasto património. Ao longo do século que se seguiu à extinção das ordens religiosas, as alterações sociais foram ditando uma progressiva alteração deste universo, com a redução das práticas religiosas e o desaparecimento de vários edifícios, para o que contribuíram várias crises sísmicas significativas. Nos nossos dias, existem apenas cinco igrejas, sendo três paroquiais (uma adaptada do antigo colégio jesuíta, do século XVII/XVIII, uma construída no século XIX e outra já no XX) e duas conventuais (a franciscana, já referida, e a carmelita, propriedade da Ordem Terceira, ambas do início do século XVIII), sobrevivendo também uma torre da antiga Matriz (construção de meados de Setecentos). Além das igrejas, há ainda nove ermidas (sendo duas reconstruções de anteriores e três novas) e vários impérios⁵. De registar também as capelas dos terceiros de S. Francisco e do Carmo, anexas às respectivas igrejas, cujas ordens mantêm ainda a sua actividade. Sintetizámos este levantamento na seguinte tabela:

1. Construções religiosas na cidade da Horta (actuais e desaparecidas)

identificação ⁶	a) fundação; b) alteração ou destruição ⁷	existência (2018) ⁸
c. ^{to} S. Francisco	a) séc. XVI; b) 1700: refeito, 1899: incêndio	(a) e igreja
capela terceiros	a) séc. XVI (?); b) séc. XVIII: construção	capela
c. ^{to} São João	a) c.1538; b) c.1600: refeito, 1836: demolido	(a) (b)
c. ^{to} Glória	a) c.1609; b) 1900: demolido	(a) (b)
c. ^{to} Carmo	a) 1651; b) séc. XIX/XX: reconstruções c. ^{to}	igreja, parte do c. ^{to}
capela terceiros	a) séc. XVII; séc. XVIII: construção	capela
c. ^{to} S. ^{to} António	a) 1717; b) 1926: destruído	-

4 Com licença para celebração, geralmente de grande dimensão e ocupando uma divisão (a “casa do oratório”), não se contando aqui os inúmeros oratórios de pequenas dimensões que existiam em casas particulares e religiosas, muitos ainda hoje conservados.

5 Nome dado, nos Açores, às pequenas capelas dedicadas ao Espírito Santo.

6 Abreviaturas utilizadas: c.^{to} – convento; ig.^a – igreja paroquial; er.^{da} – ermida.

7 As datas de fundação referem-se à primeira instituição, podendo os edifícios primitivos ser um pouco posteriores. As indicações de “reconstruído/a” referem-se a uma reedificação no mesmo local, reutilizando materiais ou mantendo parte da estrutura original; o termo “refeito/a” refere-se a construções feitas de raiz, nalguns casos mudando mesmo de localização.

8 Legenda: (a) vestígios arqueológicos; (b) património móvel com proveniência identificada do local. Nos casos em que se registem simultaneamente vestígios arqueológicos e uma construção (ex.: “(a) e igreja”), esses vestígios referem-se a uma versão da construção anterior à actual.

er. ^{da} S. ^{to} António	a) 1964 (no local da igreja anterior)	ermida
colégio jesuíta	a) séc. XVII; b) séc. XIX: ig. ^a Matriz, outros	igreja e colégio
Misericórdia	a) séc. XVI; b) 1836: demolida	(a) (b)
ig. ^a Matriz	a) séc. XV/XVI; b) c.1826: demolida	(a) (b) e torre
ig. ^a Angústias	a) séc. XVII; b) séc. XIX: refeita	(a) e igreja
ig. ^a Conceição	a) séc. XVI; b) 1926: destruída, 1933: refeita	igreja
er. ^{da} S. ^{ta} Bárbara	a) séc. XVI; b) séc. XIX: reconstruída	ermida
er. ^{da} S. ^{to} Amaro	a) c.1575; b) séc. XIX: reconstruída	ermida
er. ^{da} Guia	a) séc. XVII; b) c.1940: refeita	(a) e ermida
er. ^{da} Boa Viagem	a) séc. XVII; b) 1926: destruída	-
er. ^{da} Livramento	a) 1636; b) séc. XIX: incêndio, 1917: ruína	(a)
er. ^{da} S. Lourenço	a) 1651; b) c.1784: reconstruída	ermida
er. ^{da} Sant'Ana	a) séc. XVIII; b) séc. XIX: reconstruída	ermida
er. ^{da} Nazaré	a) séc. XVIII; b) 1844: ruína	(b)
er. ^{da} Pilar	a) 1701; b) c.1729: reconstruída	ermida
er. ^{da} Castelo	a) séc. XVIII	ermida
er. ^{da} Santa Isabel	a) séc. XXI	ermida
Casa Esp. ^{to} S. ^{to}	a) c. 1760; b) c.1930: reconstruído	império

Apesar de se tratar de um esquema simplificado e sem pretensões de sistematização exaustiva, conseguimos perceber a destruição de que o património edificado foi alvo, tendo chegado aos nossos dias uma parte substancial das existências, mas a maioria correspondendo a versões parciais ou muito alteradas do que existiu outrora. Ficam fora desta lista os restantes impérios (posteriores a meados do século XIX), os oratórios privados (todos desaparecidos) e uma apreciação sobre o estado actual de cada imóvel, a qual, por si só, mereceria uma outra reflexão. Deixamos apenas uma nota genérica, registando que as três igrejas paroquiais, em uso permanente, estão em boas condições e receberam todas obras de manutenção em anos recentes; já as duas igrejas conventuais tiveram um uso menos regular e uma manutenção deficiente ao longo da última centúria, vendo o seu estado de conservação degradar-se e estando hoje ambas a atravessar processos de reabilitação (no caso do Carmo, foi recentemente reaberta ao culto, mas com o trabalho de restauro de retábulos e interiores ainda em curso, no de São Francisco aguarda uma obra completa de reabilitação, por ora em fase de projecto); quanto às ermidas, também sem uso regular e na maioria dos

casos propriedade das paróquias, algumas estão em bom estado ou receberam intervenções recentes, mas também as há a necessitar de cuidado; a Torre do Relógio (da antiga Matriz) e o Império dos Nobres, ambos propriedade municipal, têm sido alvo de manutenção regular e encontram-se por isso em bom estado, tendo a primeira aberto ao público este ano e havendo intenção de também abrir o segundo a visitas em breve. Não obstante os problemas de manutenção dos edifícios, patentes nos casos das igrejas conventuais, existe uma variedade de construções, de várias épocas, estilos e funções, espalhadas pelo território, que nos permitem desde logo começar a visualizar um roteiro passível de ser percorrido.

Este primeiro levantamento deu-nos uma noção de escala e de uma certa relação entre o que existiu e o que sobreviveu em termos de património construído. Mas a maioria da arte sacra existente na ilha corresponde a património móvel, sobretudo a peças de pequena e média dimensão, como sejam esculturas ou alfaias litúrgicas. O levantamento acima pode dar-nos uma ideia de dimensão sobre o que poderá ter existido, um universo de largas centenas, provavelmente milhares, de objectos mais ou menos portáteis, que foram passando de mão em mão, por vezes mudados ou adaptados, ao longo de vários séculos. É muito mais difícil ter a percepção deste património, que será necessariamente uma parte fundamental de qualquer circuito criado neste âmbito. Para se ter uma ideia da complexidade da questão em torno do património móvel, deixamos alguns exemplos. Do convento da Glória, demolido em 1900, existe, numa paróquia, o órgão e uma estante de coro; noutra, o que resta do arcaz (que foi encurtado para caber numa sacristia, onde esteve durante um século e sofreu um sismo e um incêndio, sendo depois restaurado e novamente adaptado ao local actual, do lado oposto da ilha), noutra, existe um “ex” São Pedro seiscentista (decapitado e transformado em Santo Amaro), cujo par, um São Paulo, repousa intacto numa casa particular; não muito longe, outra família tem a sua residência mobilada com peças provenientes do convento; na igreja Matriz, existe um Cristo crucificado de grandes dimensões, assim como uma urna do Santíssimo e uma estante de altar; no Museu da Horta a imagem da Senhora da Glória. Na mesma casa que tem o referido São Paulo, existe um móvel de sacristia franciscano e uma estante de altar carmelita; no Carmo, um lintel da antiga Matriz; na Matriz, ex-igreja jesuíta, além das peças da Glória e alfaias trazidas da primitiva Matriz, a que se juntaram as deixadas pelos jesuítas, há um óleo sobre tela do antigo convento de São João, e uma estante de coro

e uma rica custódia de São Francisco; em São Francisco, existe um altar da Matriz Velha e alfaias da antiga Misericórdia; no local da Misericórdia, são ainda visíveis vestígios da igreja, inseridos em construções posteriores, enquanto os seus altares servem hoje uma paróquia na vizinha ilha do Pico; uma casa nos arredores da cidade guarda, no jardim, uma pedra tumular brasonada, proveniente de uma ermida demolida; e, no Museu da Horta, existe um pouco de tudo, desde bases de arcos manuelinos e pedras tumulares, até móveis feitos com madeira dos altares da antiga igreja da Conceição.

Estes são apenas alguns dos raros “casos felizes”, de peças conservadas e com uma proveniência identificada, pois o mais comum é desconhecer-se por completo a sua origem e historial (isto quando se lhes conhece o paradeiro). Não obstante, estes exemplos permitem-nos perceber o emaranhado da circulação e presença deste património, assim como o facto de ser necessário fazer um estudo panorâmico para se conseguir compreender cada peça e cada local. Voltando ao caso de São Francisco, duas das peças mais significativas desta igreja pertencem hoje ao acervo da Matriz (a estante de coro e a custódia referidas acima), as suas alfaias provêm tanto do antigo convento como da primitiva Misericórdia (não sendo possível saber o que veio de onde), existindo ainda um retábulo originário da primitiva Matriz, ao que acresce património da Santa Casa com outras proveniências, e ainda a rica colecção da Ordem Terceira de São Francisco, a qual, sendo independente, teve a sua sede na capela anexa à igreja (onde esperamos que possa voltar após o restauro). É por isso fundamental, em nosso entender, que uma mediação deste espaço implique uma abordagem a vários outros, directa ou indirectamente relacionados com ele.

Uma aproximação possível ao património móvel disperso, na tentativa de o inserir num circuito, reside em identificar os locais onde se encontra uma maior quantidade ou qualidade de peças, mas, sobretudo, onde estejam disponíveis para exposição pública (excluindo assim a maioria das alfaias ainda em uso nas paróquias e, naturalmente, tudo o que estiver em posse de particulares, salvo em caso de depósito institucional). Isto leva-nos a uma outra questão, resultante da circulação das peças e da formação de colecções. É que este património se encontra disperso, não só a nível de espaço, como de tutelas, entre propriedade pública, institucional ou particular, sendo já difícil reconhecer e arrolar o que existe, quanto mais coordenar a sua mediação ou valorização. Para se compreender melhor a realidade actual façamos uma outra incursão, sobre a circulação de peças e a formação de co-

lecções ao longo das últimas décadas, por complemento aos exemplos dados anteriormente, sobre peças que mudaram de localização após o desaparecimento dos seus locais de origem.

Na década de 1950, o padre Júlio da Rosa (1924-2015), então um recém ordenado sacerdote, começou a inventariar e a reunir peças de arte sacra em redor da ilha. As peças recolhidas pertenciam tanto a particulares como a paróquias ou irmandades e tinham valor histórico e/ou artístico. Neste período, existiam já alguns colecionadores locais, destacando-se o comendador Eduardo Laemmert Bulcão (1870-1947), então recentemente falecido, e Francisco Martins de Bettencourt (1919-2006), que reuniram ao longo da vida vastas colecções de antiguidades, entre elas arte sacra.⁹ Existia ainda uma grande quantidade de peças em posse de particulares, provenientes de oratórios e capelas particulares, dos extintos conventos ou mesmo de igrejas paroquiais. Com o crescimento do conhecimento e estudos sobre arte, começaram a reunir-se colecções localmente, mas também muitos artefactos foram adquiridos para o exterior, empobrecendo o património local e regional (a colecção Eduardo Bulcão, por exemplo, dispersou-se após a sua morte, sendo a maioria dos itens vendidos em Lisboa). Muitos particulares desfaziam-se das suas peças, tendo ou não noção do seu valor, e nas paróquias era comum imagens antigas ou alfaias já sem uso ficarem esquecidas e acabarem danificadas ou extraviadas. O trabalho empreendido pelo padre Júlio da Rosa pretendia assim evitar que esse património se perdesse ou deteriorasse, ao mesmo tempo que pudesse ser reunido, estudado e fruído no seu conjunto.¹⁰ A recolha e investigação que empreendeu focou-se nas peças de carácter religioso, mas abrangeu outras áreas e tipologias, seguindo os exemplos de figuras como Luís Bernardo Leite de Ataíde (São Miguel), Luís da Silva Ribeiro (Terceira), Frederico Lopes (Terceira) ou Manuel Dionísio (Faial), e acontecendo em paralelo com as acções de Manuel Coelho Baptista de Lima (Terceira), Francisco Ernesto Oliveira Martins (Terceira) ou Tomaz Duarte Junior (Pico), para

9 Sobre a colecção de FMB *vide*: Jácome Bruges de Bettencourt, “A colecção de Esculturas Religiosas de Francisco de Bettencourt”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*, actas do IV colóquio, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2007, pp. 539-568.

10 Reunindo o património que, segundo o próprio, “as gerações veneraram e moldaram com as suas próprias mãos [e que permitisse] estudar aspectos e manifestações da vida artística e religiosa deste povo açoriano, que tem vivido ignorado de si mesmo e das suas potencialidades artísticas”. Citado em *Faial – Guia do Património Cultural*, s.l., Atlantic View, 2003, p. 101.

citar alguns exemplos.¹¹ A recolha, iniciada na década de 1950, continuou ao longo de mais de seis décadas.

Não obstante os seus variados interesses, a arte sacra constituiu o principal foco da sua acção de pesquisa e colecção. Deste esforço resultou o Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa, criado em 1963 pelo bispo de Angra e Ilhas dos Açores. Dois anos depois, em 1965, o museu abria ao público, em dependências da igreja de São Francisco, onde permaneceu durante três décadas. Devido à falta de condições, o espaço acabou por ser encerrado, sendo o acervo depositado no Museu da Horta, onde uma selecção de peças foi organizada numa exposição.¹² Apesar de terem sido pensadas, ao longo dos anos, várias possibilidades para a instalação permanente do museu, incluindo a aquisição, por parte do Governo Regional, de um imóvel para o efeito,¹³ tal não aconteceu, permanecendo até hoje apenas a pequena exposição patente no Museu da Horta. O intuito original era o de dotar o museu com uma vasta quantidade e diversidade de peças, o que incluía um acervo próprio (de propriedade diocesana, reunindo peças das paróquias e doações), mas também outras quatro colecções públicas e privadas, assim como peças que pudessem, entretanto, ser nele depositadas.

Actualmente, permanece, no Museu da Horta, a exposição de arte sacra, permitindo dar a conhecer algumas destas peças. Mais recentemente, por iniciativa do padre Marco Luciano Carvalho, foi criado um núcleo visitável na igreja Matriz, expondo algum do património conservado na paróquia. A ele também se deve o retomar dos trabalhos no Carmo, cuja igreja reabriu recentemente ao culto, mas se encontra ainda em processo de restauro dos interiores. A de São Francisco, como já referido, encontra-se encerrada e a aguardar reabilitação. Além das colecções dos museus da Horta e de Arte Sacra, são também significativas as pertencentes às duas ordens terceiras,

11 Entre parêntesis a indicação da ilha de cada um. Sobre o colecionismo nos Açores neste período veja-se: Maria Manuel Velásquez Ribeiro, *Coleccionar na periferia. Manuel Coelho Baptista de Lima e a construção da memória açoriana (1920-1996)*, Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do grau de Mestre em Museografia, Desenvolvimento e Património, Angra do Heroísmo, Universidade dos Açores, 2012 (policopiado), pp. 41-44.

12 Cf. “Museu de Arte Sacra”, in *Faial – Guia do Património Cultural*, pp. 101-104.

13 Curiosamente a antiga residência do comendador Eduardo Bulcão, na Rua Conselheiro Medeiros nº 18, adquirida em 1994 (cf. *Correio da Horta*, 7.9.1994, p. 1). A anunciada instalação do museu neste imóvel não se chegou a realizar, sendo usado, até hoje, por departamentos da administração regional. De entre os “candidatos” mais prováveis para a instalação do museu estavam as antigas igrejas conventuais, sendo mesmo anunciada a instalação no Carmo após as obras ocorridas a partir de 1997. No entanto, estas acabaram por não ser concluídas, para o que terá contribuído o grande sismo ocorrido no ano seguinte, continuando assim o museu sem casa própria.

a da Santa Casa da Misericórdia e o acervo pessoal do padre Júlio da Rosa. Este último, composto sobretudo pela sua biblioteca e arquivo pessoal, inclui também uma heterogeneidade de itens, incluindo de arte sacra, e existe conservado na Fundação Mater Dei, por ele criada para o efeito, cuja sede, que se espera abrir em breve, inclui uma sala dedicada a esta temática. Na tabela 2, registamos as principais colecções da cidade e a sua situação actual:

2. Principais colecções de arte sacra da cidade da Horta

colecção	situação actual (2018)
Museu de Arte Sacra	em depósito / pequena exposição no Museu da Horta
Museu da Horta	
Padre Júlio da Rosa	em depósito / exposição em preparação na Fundação MD
Ordem 3ª do Carmo	parcialmente exposto na igreja do Carmo
Ordem 3ª de S. Francisco	em depósito
Santa Casa	em depósito / na igreja (fechada, aguarda restauro)
Paróquia Matriz	na igreja / parte em exposição visitável

Feito este périplo, conseguimos ter noção da dispersão deste património por espaços e instituições, sendo esta uma das principais explicações para que, passado meio século da criação do Museu de Arte Sacra, ainda não se tenha conseguido afirmar um verdadeiro circuito deste património no concelho, ficando sempre disperso e relegado para segundo plano face a outras prioridades. Note-se também que nenhum dos núcleos visitáveis que existiram até agora, incluindo os que se mantêm, resultou de um programa científico ou museológico, sendo meritórios pela iniciativa, mas reclamando um estudo de conteúdos e um planeamento da sua exposição e mediação, assim como um enquadramento que os relacione entre si.

Partindo deste panorama, e do levantamento sintetizado nas tabelas 1 e 2, identificámos, no espaço das três freguesias que compõem a cidade da Horta, um grupo de 24 locais relacionados com o património religioso, que incluem realidades tão heterogéneas como edifícios completos e conjuntos integrados, locais que albergam colecções de bens móveis e vestígios arqueológicos, sendo que a maioria dos locais abrange mais do que uma destas categorias. Note-se também a sua dispersão pelo território, o que poderá potenciar também a criação de circuitos que se relacionem com outros locais e patrimónios, assim como a sua extensão futura para as freguesias rurais em redor da ilha. Neste momento, identificados esses locais, pensámos

para cada um deles os conteúdos que poderiam ser explorados, quer valorizando cada local, quer possibilitando uma narrativa complementar que os relacionasse enquanto conjunto. Para isso, tivemos em consideração o que existe em cada sítio, procurando o seu significado histórico e artístico, mas também o que já não existe e as possibilidades que, a partir dali, podemos desenvolver, sobretudo no âmbito da história local e regional.

Para este texto, seleccionámos os 12 principais locais de entre os identificados, todos com potencial de serem facilmente inseridos num roteiro de arte sacra, sendo apenas necessário, na maioria dos casos, criar instrumentos de mediação sobre o património que detêm. Seis deles estão, de momento, abertos ao público; três aguardam uma abertura a breve trecho; dois estão fechados, mas podiam ser abertos e visitáveis com facilidade; e apenas um, a igreja de São Francisco, aguarda obras de reabilitação (no entanto, dado a sua importância e ter um projecto em curso, inserimo-la na listagem). A grande ausência é o Museu de Arte Sacra, que, de certo modo, fica representado pelo Museu da Horta, onde é possível observar algumas peças da colecção, mas para o qual não existe de momento qualquer previsão para ter instalações próprias. Para cada um destes locais registámos os principais elementos patrimoniais presentes, procurando através deles conteúdos que pudessem ser explorados no âmbito de uma futura mediação. Um breve registo dessa reflexão vai sintetizado na tabela 3:

3. Propostas para um roteiro¹⁴

local	património	conteúdos a explorar
São Francisco	arte (arquitectura, retábulos, azulejos, pintura, escultura); materiais; OFM e OTP; SCMh; confrarias; heráldica	espiritualidade franciscana e vivências conventuais; missa tridentina; assistência; Santa Casa; padroados e linhagens familiares; tradição musical; materialidades e técnicas de construção e de produção artística; manutenção do património (conservação e restauro); espaço cultural e uso pela OTP
Carmo	arte (arquitectura, retábulos, mobiliário, alfaías); OC e OTC; heráldica; arqueologia	espiritualidade carmelita; padroados familiares e ligações do Faial com o Atlântico na modernidade (carmelitas para o Brasil e capela do arcebispo de Goa); exposição de arte sacra (espaços anexos); arqueologia da arquitectura e criptas

14 Abreviaturas utilizadas: OFM – Ordem de São Francisco; OTP – Ordem Terceira de São Francisco; SCMh – Santa Casa da Misericórdia da Horta; OC – Ordem do Carmo; OTC – Ordem Terceira do Carmo; SJ – Companhia de Jesus; I. dos Nobres – Império dos Nobres; DES – Divino Espírito Santo.

Angústias	arqueologia; heráldica e placas evocativas	povoamento do Faial; presença de flamengos (Jos Dutra, Martin Behaim); vestígios arqueológicos (no adro)
Matriz	Arte (retábulos, azulejos, pinturas, mobiliário; alfaias); SJ; órgão	Matriz Velha; espiritualidade jesuíta; padroado (Utra); igrejas desaparecidas e circulação de peças (S. João, Glória, S. Francisco, Flamengos); exposição de arte sacra; sacristia; música
Conceição	datas da fachada; N. S. Conceição	destruição e evolução do património (destruída e reconstruída 4 vezes); culto mariano
Museu Horta	arquitectura; arte (escultura, pintura, ourivesaria)	local da casa e capela do capitão-do-donatário (pedra tumular do séc. XVI); colégio jesuíta; materialidades, conservação e restauro
Fundação MD	arte (escultura, pintura, mobiliário)	circulação de peças e coleccionismo; a identificação das proveniências das peças; devoções particulares
I. dos Nobres	DES e voto 1672	culto ao DES; votos camarários / públicos
Torre Relógio	Matriz Velha; arqueologia	vista sobre a cidade; a vila primitiva; o relógio público; arqueologia
Guia	culto mareantes	cultos populares; ligação ao mar (Boa Viagem)
Sant'Ana	heráldica	oratórios privados e devoções pessoais
Castelo	azulejaria	S. ^{to} António “do Castelo”: festa dos soldados

Este esquema é uma versão simplificada (e parcial), mas permitiu-nos ter uma visão panorâmica do potencial que este património tem, assim como ensaiar uma primeira proposta de temáticas a desenvolver. Para cada local terá também de ser pensada a forma de abordagem, que tanto pode implicar uma musealização / programação completa, como uma simples memória evocando algo desaparecido, existindo, entre um extremo e outro, uma larga série de hipóteses a estudar. O desenvolvimento de um roteiro integrado deverá ser feito em paralelo com a sua implementação (gradual), o que, estamos cientes, será uma tarefa longa, complexa e porventura impossível. Qualquer intervenção prática no terreno implicará mediar os vários agentes detentores deste(s) património(s), mas, pensados os alicerces teóricos, tentaremos lançar a semente, começando por desenvolver pequenos instrumentos de mediação para locais específicos, testando metodologias e reacções.

Este foi um pequeno contributo inicial, que se pretende discutir e melhorar, e, enquanto estas linhas são escritas, pensa-se o projecto para a igreja de S. Francisco, o qual poderá servir como exemplo e incentivo a outras

intervenções também necessárias a nível do património religioso na ilha do Faial, talvez promovendo também uma nova reflexão em torno do tão adiado Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa da Horta, cuja discussão tem estado esquecida nas últimas duas décadas.

Fontes:

Correio da Horta, 7.9.1994.

J. M. dos Santos Simões, “Concelho da Horta: ficheiro do Inventário de Azulejaria” – Igreja de São Francisco (notas dactilografadas), década de 1960; arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian, disponível em <<http://digitale.gulbenkian.pt/cdm/compoundobject/collection/jmss/id/6575/rec/3>>).

Bibliografia:

BETTENCOURT, Jácome Bruges de, “A coleção de Esculturas Religiosas de Francisco de Bettencourt”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*, actas do IV colóquio, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2007, pp. 539-568.

DIAS, Pedro, *Arte Portuguesa no Mundo*, vol. 3: Açores, Lisboa, Público, 2008.

Faial – Guia do Património Cultural, s.l., Atlantic View, 2003.

Horta. Faial. Inventário do Património Imóvel dos Açores, Angra do Heroísmo – Horta, DRAC – IAC – CMH, 2003.

LIMA, Marcelino, *Anais do Município da Horta*, Horta, Câmara Municipal, 2005 (fac-simile da edição de 1940).

MACEDO, António Lourenço da Silveira, *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*, 3 vols., Angra do Heroísmo, SREC/DRAC, 1981 (fac-simile da ed. de 1871).

Os Descobrimentos e a Arte, catálogo da exposição, Horta, Museu da Horta, 1995.

RIBEIRO, Maria Manuel Velásquez, *Colecionar na periferia. Manuel Coelho Baptista de Lima e a construção da memória açoriana (1920-1996)*, Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do grau de Mestre em Museografia, Desenvolvimento e Património, Angra do Heroísmo, Universidade dos Açores, 2012 (policopiado).

SARDO, Delfim; CALDAS, João Vieira; SERRÃO, Vítor, *História da Arte nos Açores (c.1427-2000)*, Angra do Heroísmo, SREC/DRAC, 2018.